



## **CENTRO DE FORMAÇÃO JURÍDICA E JUDICIÁRIA**

### **PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **GRELHA DE CORREÇÃO**

##### **Nota:**

As indicações constantes da grelha refletem as soluções que se afiguram ser as mais corretas para cada uma das questões formuladas. Porém, não deixarão de ser valorizadas outras opções, desde que plausíveis e alicerçadas em fundamentos consistentes.

**28 de Outubro de 2019**



## GRUPO I

Leia atentamente as questões que se seguem e escolha a resposta mais correcta, **ASSINALANDO** por meio de um **CIRCULO** a respectiva Letra:

**1- De acordo com o Código Civil vigente os tribunais só podem resolver os casos que lhes são presentes, baseados em princípios de equidade:**

- a) Quando o valor da equidade não for contrário ao princípio da boa-fé.
- b) Quando a lei que se devia aplicar ao caso concreto não preveja uma solução justa.
- c) *Quando haja acordo das partes e a relação jurídica não seja indisponível (alínea b) do art.º 4 do C. Civil)*
- d) Quando o juiz entender ser essa a melhor solução.

**2- Quanto à sua eficácia, o caso julgado material, pode atender a duas funções. A função positiva e a negativa. Segundo a doutrina, estaremos perante a função positiva quando:**

- a) *O caso julgado atenda às reivindicações do pedido reconvenicional e à excepção de crédito compensável.*
- b) O caso julgado afectar as partes litigantes e as de seus herdeiros ou sucessores que, no momento da sentença, não tenham capacidade processual.
- c) O caso julgado consista no impedimento de que as questões alcançadas pelo caso julgado se possam voltar a suscitar, entre as mesmas partes, em acção futura.
- d) *A solução compreendida no caso julgado se tornar vinculativa no quadro de outros casos a serem decididos no mesmo ou noutros tribunais.*

**3- Contra uma decisão judicial de indeferimento liminar por incompetência territorial do tribunal:**

- a) É possível reclamar.
- b) É possível recorrer e tal recurso será processado em ambos os efeitos, suspensivo e devolutivo.
- c) Não há recurso.



- d) *É possível recorrer e o recurso terá o efeito suspensivo.*

**4- O erro ao determinar o valor indicado na acção de reivindicação de propriedade:**

- a) Não pode ser apreciado oficiosamente no despacho-saneador.
- b) Pode dar lugar ao indeferimento liminar da acção de reivindicação.
- c) Será contestado pelo réu e a questão será resolvida na audiência preliminar, caso esta tenha lugar.
- d) *Só pode ser arguido pelo réu quando entender que, se tivesse sido determinado correctamente, a forma de processo seria outra e deve ser conhecida pelo juiz no despacho-saneador.*

**5- Questões incidentais:**

- a) Não serão admitidas durante a audiência preliminar.
- b) Devem ser necessariamente deduzidas com os articulados.
- c) *Serão levantadas por escrito ou oralmente, como preliminar à audiência preparatória ou a audiência de discussão e julgamento.*
- d) Não serão admitidas se levantadas durante a audiência de discussão e julgamento

**6- Quando numa causa cível é revelado um facto que oferece a aparência de questão prejudicial criminal, e esse facto pode ter influência determinante sobre a decisão final:**

- a) O tribunal pode continuar a tramitação do processo até a fase do julgamento, altura que mandará suspender o processo.
- b) O tribunal da causa cível pode emitir uma decisão, apenas a título preliminar, havendo acordo do Ministério Público e das partes.
- c) *O tribunal pode ordenar a suspensão da instância, quando a decisão da causa esteja dependente do julgamento de outra já proposta e quando entender que ocorre outro motivo justificado.*
- d) O tribunal só suspende a instância, havendo acordo das partes.



#### 7- Os princípios gerais do direito:

- a) São a fonte da lei na ausência de lei, costume e jurisprudência.
- b) São fontes de direito e informantes do sistema jurídico.*
- c) Eles têm um valor semelhante à jurisprudência.
- d) As resoluções dos tribunais só podem se auxiliar deles (dos princípios) para fundamentar uma decisão quando a lei o permitir expressamente.

#### 8- O direito ao nome é um direito de personalidade previsto e tutelado no Código Civil vigente, segundo o qual têm legitimidade activa para as acções relativas à defesa do nome:

- a) O Ministério Público.
- b) O Curador de Menores, em caso de menores e especial em caso de ausentes.
- c) O respectivo titular do nome e em caso da morte dele o cônjuge sobrevivente ou qualquer descendente, ascendente, irmão, sobrinho ou herdeiro do falecido. (art.º 73.º e n.º 2 do art.º 71 do C.Civil)*
- d) A segurança social.

#### 9 – Os negócios jurídicos são:

- a) Apenas unilaterais.
- b) Bilaterais como unilaterais, gratuitos e onerosos.*
- c) Só onerosos.
- d) Tanto gratuitos como onerosos.

#### 10- O contrato celebrado por quem actua como agente ou representante de outro:

- a) Trata-se de um negócio legal do representante nulo e sem efeito.
- b) Só é válido se houver autorização prévia da pessoa representada em escritura pública.
- c) Só é válido se houver autorização prévia por escrito da parte representada ou se for posteriormente ratificado, também por escrito.*



d) É válido se não houver conflito de interesses.

**11- Indique qual das seguintes afirmações sobre caducidade está correta:**

- a) A caducidade está sujeita a interrupção e suspensão.
- b) A caducidade ocorre quando se verificam os quatro seguintes requisitos: existência de uma pretensão; inércia do titular do direito pelo seu não-exercício; continuidade dessa inércia durante um certo lapso de tempo; ausência de algum facto impeditivo, suspensivo ou interruptivo. (prescrição)
- c) Na caducidade, o que a lei se propõe é proteger a segurança jurídica, sancionando a negligência do titular do direito, pelo que o prazo prescricional pode suspender-se e interromper-se nos termos prescritos na lei. (prescrição)
- d) *Na caducidade, a lei por considerações objectivas quer que o direito seja exercido dentro de certo prazo, prescindindo da negligência do titular e, por isso, de eventuais causas suspensivas e interruptivas que excluam tal negligência.*

**12- O locatário de uma casa que a compra por documento particular:**

- a) Adquire a propriedade mediante tradição do imóvel, porque com o simples acto da compra e venda aquele passa a possuir a propriedade no momento da venda.
- b) *Não adquire o imóvel até que lhe seja passada a escritura pública.*
- c) Não adquire a propriedade até que o antigo proprietário assine uma declaração onde declara ter vendido o respectivo imóvel e recebido o valor correspondente do comprador.
- d) Não adquire a propriedade, pois não há preceito legal estabelecido que trate da matéria em questão.

**13- Fernando perdeu o relógio de sua propriedade. O relógio é encontrado por David, que, ignorando quem é o proprietário, o expõe à venda em um estabelecimento público dedicado à venda de objectos em segunda mão. O relógio é comprado por António pelo preço de 3000,00 Meticais. António não sabe que é um objecto que foi perdido por seu dono. A venda é do conhecimento de Fernando, que identifica o relógio pelo número de série e pode provar que o mesmo lhe pertencia. Perante os factos Fernando recorreu ao tribunal pedindo que declare a nulidade da venda e a consequente devolução do relógio. De acordo com as regras do Código Civil sobre compra e venda de bens alheios, pode o tribunal declarar a nulidade da venda e ao mesmo tempo a devolução do relógio ao Fernando?**



- a) *Sim. Mas o David é obrigado a indemnizar ao António pelo preço integral que este pagou pelo relógio. (art.º 892.º, 894.º e 899.º do C. Civil).*
- b) Sim, caso Fernando pague a António 3000 Meticais mais juros.
- c) Sim, sem a necessidade de Fernando pagar nada a António, sem prejuízo do direito de António reivindicar do David o que ele pagou.
- d) Sim, caso Fernando pague a António 3000 Meticais.

**14- O usufruto não prescreve:**

- a) Caduca devido ao atendimento da condição estabelecida no contrato.
- b) Pela perda total do objecto do usufruto.
- c) Pela resolução do direito constituinte.

*d) Mas pode extinguir-se pelo não uso nos casos especialmente previstos na lei.*

**15- Nos termos do Código Civil vigente só em casos excepcionais, é que o contrato-promessa produzirá efeitos em relação a terceiros, estranhos àquela convenção, nomeadamente quando:**

- a) As partes envolvidas prometem, simultaneamente, comprar e vender um determinado bem pertencente a outrem, com anuência deste.
- b) As partes convencionam alienar ou onerar um determinado bem imóvel e o fazem por escrito particular.
- c) *As partes celebrem escritura pública no acto da alienação ou oneração de bens imóveis ou móveis sujeitos a registo e, posteriormente, procedam ao respectivo registo.*
- d) O contrato-promessa nunca será oponível a terceiros.

**16- De acordo com o Código Civil vigente, não podem adquirir-se por usucapião, os seguintes direitos:**

- a) As ilhas ou muchões que se formem nas correntes de água
- b) *As servidões prediais não aparentes, e os direitos de uso e de habitação (art.º1293.º)*
- c) Usufruto



d) Direito de habitação.

**17- De acordo com o Código Civil vigente o conteúdo da obrigação é:**

a) O que é obrigado a dar ou fazer o devedor.

*b) A provisão de dar, fazer ou não fazer alguma coisa, sempre dentro dos limites que a lei estabelece (art.º 398.º n.º 1 do C. Civil)*

c) As coisas ou serviços.

d) Dívida ou crédito.

**18- No caso de hipotecas legais, tem legitimidade para determinar o valor da hipoteca estabelecida a favor dos incapazes, para efeito do registo:**

a) O juiz

b) O Ministério Público.

c) O Curador de menores.

*d) O Conselho de família (art.º 706 do C. Civil)*

**19- Nos termos do Código Civil vigente as servidões prediais podem ser constituídas:**

a) Por lei.

b) Sentença Judicial.

c) Decisão administrativa.

*d) Contrato, testamento, usucapião ou determinação do pai de família.*

**20- De acordo com a Lei da Família o casamento religioso e o casamento tradicional produzem efeitos jurídicos imediatos:**

a) Com a sua celebração.

b) Com a comunicação da sua celebração aos serviços de registo civil.

*c) Após a sua transcrição na Conservatória do Registo Civil competente.*

d) Sem necessidade do mencionado nas alíneas anteriores.

## GRUPO II

(13,00 Valores)

### 1ª e 2ª Questão

Do facto referido em E) não é possível concluir quer pela inadequação para o fim a que se destina, quer pela impossibilidade da correcção dos defeitos em 5 dias. Considerando o que consta no relatório da “Diagnóstico, Lda.”, apenas se pode concluir que esta empresa entendeu no sentido da não certificação do produto, pelo facto de «não estarem garantidos todos os requisitos de certificação definidos no documento “Projecto Primavera”», o que não é sinónimo de inadequabilidade definitiva do produto para o fim a que foi destinado, nem, igualmente, de que os defeitos que apresentava se considerassem insupríveis em cinco dias úteis, condições necessárias para o reconhecimento da «automática» perda de interesse da requerida e circunstância fundamentadora da resolução correspondente.

Assim, a resolução é ilícita, razão porque a pretensão referida em I) deverá ser julgada improcedente e a referida em H) procedente.

### 3ª Questão –

#### 3.1.

O procedimento cautelar deveria ser instaurado contra “TXOPELA, Lda.” e contra o Banco Socrasmo, ambos com interesse directo em contradizer, pela existência de uma conexão entre o contrato de garantia bancária e o contrato de prestação de serviços, dependendo a execução daquele do incumprimento deste.

#### 3.2.

Não lhe é permitido deduzir pedido reconvenicional em providência cautelar considerando a tipicidade dos articulados, constituídos apenas por requerimento inicial e oposição, porque se regula pelas regras dos incidentes conforme o estabelecido nos art.º302 a 304º, ex vi art.º 381º, do CPC –, sendo inadmissível a dedução de quaisquer outros articulados de resposta, a que acresce a natureza célere deste procedimento



incompatível com o enxerto de uma contra-acção, como é o caso do pedido reconvencional.

